



ACÓRDÃO Nº 701/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11388/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Advogado:** Não Possui
- 4- **Órgão:** Câmara Municipal de Autazes
- 5- **Exercício:** 2015
- 6- **Responsável:** Heverton Marcelo Araújo dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1376/2017-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Poder Legislativo dos Municípios do Interior. Câmara Municipal de Autazes. Exercício de 2015.

Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, em consonância com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas** da Câmara Municipal de Autazes, sob a responsabilidade do Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, Presidente da Câmara, à época, durante o exercício de 2015, com fundamento nos arts. 19, II, 22, II, e 24, da Lei n.º 2.423/96 (Lei Orgânica deste Tribunal de Contas) c/c os arts. 188, §1º, II, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM (Regimento Interno deste Tribunal de Contas);
- 10.2. **Aplicar Multa** ao Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, Presidente da Câmara Municipal de Autazes, à época, no valor pecuniário de R\$ 4.468,41 (quatro mil, quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e um centavos), referente a 30% (trinta por cento) do valor máximo, com fundamento no art. 53, parágrafo único, da Lei n.º 2.423/96, multa esta que deverá ser recolhida ao cofre Estadual, na representação do órgão de Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, no prazo de 30 (trinta) dias, com comprovação perante o Tribunal de Contas, nos termos do art. 174, §4º, da Resolução n.º 04/2002. Observe-se que caso o prazo estabelecido expire, o valor da multa deverá ser atualizado



ACÓRDÃO Nº701/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

monetariamente (art. 55, da Lei nº 2.423/1996 c/c o art. 308, §3º, da Resolução n.º 04/202 - TCE/AM). A presente multa fundamenta-se nas seguintes impropriedades:

- a) Ausência de comunicação ao TCE sobre a contratação de servidores temporários;
- b) Quadro de pessoal da Câmara Municipal composto integralmente por servidores temporários e comissionados, contrariando o art. 37, II, da C.F/88;
- c) Ausência de Registros Analíticos (placas de tombamento) de todos os bens de caráter permanente, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração (art. 94, da lei n.º 4.320/64);

10.3. Autorizar a instauração da cobrança executiva contra o Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos, em caso de não recolhimento do valor da multa, conforme preceituado pelo art. 73, da Lei n.º 2.423/96 e arts. 169, II, 173 e 308, § 6º, todos da Resolução 04/02-TCE/AM;

10.4. Determinar A CAMARA MUNICIPAL DE AUTAZES QUE:

- a) Encaminhe a esta Corte todos os processos administrativos das contratações temporárias, apontadas na tabela à fl. 215, caso esse poder legislativo municipal não o tenha feito, para fins de apreciação da legalidade das admissões;
- b) Adote medidas que objetivem a implantação do Sistema de Controle Interno, em obediência às normas dos arts. 31 e 74, da Constituição Federal c/c a Resolução n.º 09/2016-TCE/AM;
- c) Adote medidas no sentido de realizar adequadamente o registro analítico dos bens permanentes, retificando as falhas e preenchendo as lacunas existentes no Livro Tombo, no que concerne à data de entrada, processo de origem (licitação ou dispensa), valor do bem, além de nomear um responsável pela guarda dos bens, em consonância com a norma do art. 94, da Lei n.º 4.320/1964;
- d) Cumpra integralmente os ditames da Lei Complementar n.º 131/2009 e da Lei Federal n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso a Informação, atentando para que as informações publicadas sejam disponibilizadas



ACÓRDÃO Nº701/ 2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO

em **tempo real**, nos termos do Decreto Federal n.º 7.185/2010, e com apresentação didática dos dados e em linguagem cidadã e com mecanismos de acessibilidade, com possibilidade de *download* do banco de dados e canal de interação com os usuários, tudo em observância às boas práticas de promoção da transparência.

10.5. Determinar à próxima Comissão de Inspeção que:

- a) Verifique se foram tomadas medidas para a criação da Lei para a regulamentação do Controle Interno na Câmara Municipal de Autazes e a efetiva implementação destes procedimentos, com fundamento nos arts. 31 e 74, da CF/88, arts. 1º, 21 e 22, da Resolução n.º 09/2016 e art. 76, *caput*, da Lei n.º 4.320/64;
- b) Certifique “in loco” se o sistema do sítio eletrônico está sendo alimentado adequadamente, com os dados e demonstrativos contábeis, orçamentários, financeiros, patrimoniais, operacionais, área de pessoal, entre outros, em tempo real, tempestivamente, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar n.º 131/2009 e, ainda, na Lei Federal n.º 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação.

10.6. Notificar o Sr. Heverton Marcelo Araújo dos Santos sobre o desfecho atribuído aos autos.

11- Ata: 20ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 20 de Junho de 2017

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mario Manoel Coelho de Mello.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA
Procurador-Geral